

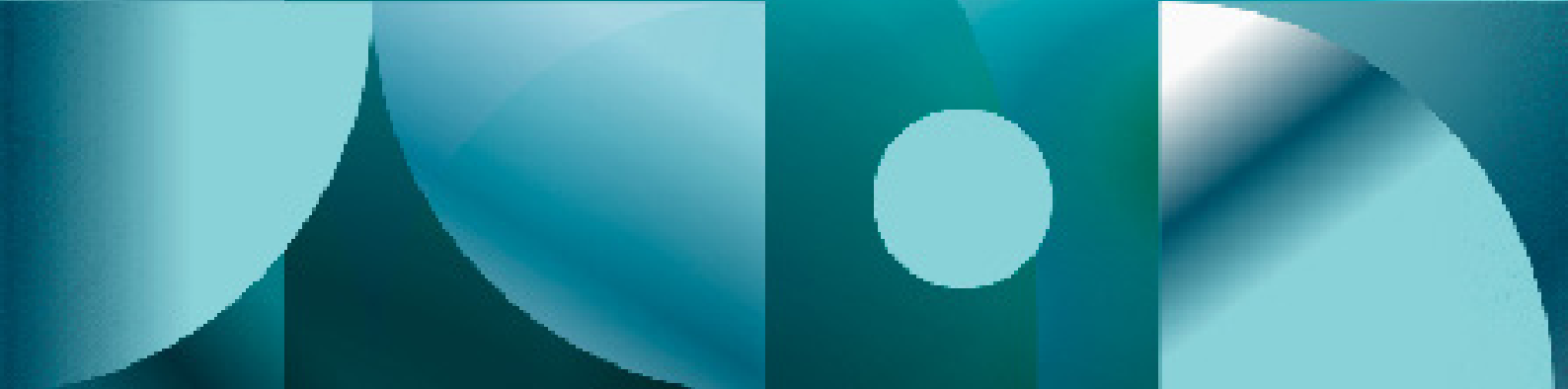
Série **Artigos**



A República no Amazonas

A adesão do Amazonas ao
novo regime segundo o
testemunho documental
de J. B.

DURANGO DUARTE



A República no Amazonas

A adesão do Amazonas ao novo regime segundo o testemunho documental de J. B.

Resumo

A implantação da República no Amazonas costuma ser lembrada como um processo pacífico e praticamente consensual. Entretanto, a documentação reunida por João Batista de Faria e Sousa ("J. B.") e publicada no Diário Oficial do Estado do Amazonas, em 21 de novembro de 1926, permite compreender esse episódio com riqueza muito superior à oferecida pelas narrativas tradicionais.

Mais do que relatar acontecimentos, o texto reproduz documentos originais, proclamações, moções da Assembleia Provincial, manifestos do Governo Provisório, listas de autoridades participantes, estatísticas financeiras e informações políticas capazes de reconstruir, quase hora a hora, a adesão amazonense ao novo regime instaurado em 15 de novembro de 1889.

Este estudo analisa criticamente essa documentação, contextualiza sua produção e demonstra que o artigo de J. B. representa uma das principais fontes secundárias produzidas no início do século XX sobre a implantação da República no Amazonas.

Palavras-chave: República; Amazonas; João Batista de Faria e Sousa; J. B.; História Política; Governo Provisório; Clube Republicano; Diário Oficial; Historiografia Amazonense.

Introdução

A Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, produziu repercussões distintas em cada província brasileira.

Enquanto algumas regiões enfrentaram tensões militares ou disputas políticas mais prolongadas, o Amazonas experimentou um processo relativamente rápido de reorganização institucional. Mas como esse processo realmente ocorreu? Quem tomou as decisões? Quem liderou o movimento? Como reagiram a população, os militares e os partidos?

A resposta encontra-se em uma fonte extraordinária.

Em 21 de novembro de 1926, o historiador João Batista de Faria e Sousa, conhecido simplesmente como J. B., publicou no Diário Oficial um extenso estudo intitulado “A República no Amazonas”, reunindo documentos produzidos em novembro de 1889.

O trabalho não se limita à narrativa, ele preserva documentos, transcreve proclamações, reproduz atas, apresenta estatísticas, registra nomes e reconstrói cronologias. Por essa razão, o artigo ultrapassa o gênero jornalístico e transforma-se em verdadeiro documento historiográfico.

A notícia que mudou uma Província

Segundo J. B., às três horas da tarde de 21 de novembro de 1889, chegou a Manaus, pelo vapor Manaós, a notícia oficial de que a República havia sido proclamada na capital do Império.

A República não chegou por tropas, chegou por um navio, chegou pela circulação das comunicações. Foi a informação que desencadeou toda a reorganização política da Província.

O autor registra que a população inicialmente recebeu a notícia com surpresa. Não houve tumulto, não houve resistência armada, houve expectativa.

O Clube Republicano assume a liderança

J. B. demonstra que a articulação política partiu imediatamente do Clube Republicano, fundado poucos meses antes.

A comissão composta por Joaquim Travassos da Rosa, Antônio Pedro Borralho e Antônio Felipe de Sousa dirigiu-se ao Quartel-General para negociar com os militares.

Esse detalhe é decisivo, porque revela que a República amazonense nasceu da convergência entre civis e militares. Logo, não foi exclusivamente militar, nem exclusivamente civil, foi um pacto político.

O Teatro Éden como palco da República

Poucas horas depois, milhares de pessoas reuniram-se no Éden Teatro. Ali ocorreu uma assembleia popular, foi naquele espaço que se estruturou o Governo Provisório.

J. B. descreve cuidadosamente os acontecimentos. Foram escolhidos: Domingos Theophilo de Carvalho Leal, Tenente-coronel Antônio Florêncio Pereira do Lago e Capitão de Fragata Manoel Lopes da Cruz.

A referida composição revelava o equilíbrio entre liderança civil e comando militar.

A adesão do presidente da Província

Provavelmente o episódio mais elegante da narrativa seja a entrevista entre os novos dirigentes e o presidente provincial Manoel Francisco Machado. Segundo J. B., Machado declarou pertencer a uma escola política que respeitava a vontade popular, reconheceu o Governo Provisório e não ofereceu resistência.

Tal comportamento explica por que o Amazonas atravessou a mudança de regime praticamente sem violência.

A proclamação ao povo

Entre os documentos reproduzidos por J. B. encontra-se a proclamação dirigida aos cidadãos amazonenses. Ela revela aquilo que os líderes

republicanos desejavam transmitir naquele momento: respeito à ordem, preservação da propriedade, manutenção das garantias individuais, continuidade administrativa e tranquilidade pública.

A mensagem procura afastar qualquer associação entre República e anarquia, essa preocupação aparece repetidamente ao longo do texto.

A Assembleia Provincial legitima o novo regime

Outro documento fundamental reproduzido por J. B. é a moção aprovada pela Assembleia Legislativa Provincial. O Legislativo reconhece formalmente: o Governo Provisório, a necessidade de manutenção da ordem, o respeito às leis e a preservação dos direitos individuais.

Trata-se da legitimação institucional da nova ordem política.

Os partidos diante da República

Um dos maiores méritos do artigo encontra-se na análise dos partidos políticos.

J. B. demonstra que: o Partido Conservador aderiu rapidamente, o Partido Liberal também declarou apoio e o Clube Republicano tornou-se o núcleo político da nova administração.

Essa informação desmonta interpretações simplificadoras que descrevem uma ruptura absoluta entre monarquistas e republicanos. Na prática, ocorreu uma rápida reorganização das elites locais.

A situação financeira do novo Estado

Surpreendentemente, o artigo dedica espaço significativo às finanças públicas. São apresentados: receitas arrecadadas, despesas, dívida pública, dívida flutuante e composição da dívida da antiga Câmara Municipal.

O material mencionado demonstra que J. B. pretendia mostrar que o novo governo recebeu um Estado financeiramente organizado.

Poucos estudos atuais exploram essa dimensão.

A narrativa de J. B. como documento histórico

O maior mérito da obra talvez não esteja nas interpretações, está na preservação documental. J. B. praticamente construiu um arquivo impresso. Sem esse trabalho, diversos manifestos, proclamações e listas de participantes talvez estivessem hoje dispersos ou esquecidos.

Seu texto representa uma verdadeira operação de salvamento da memória política amazonense.

Considerações finais

Poucos textos publicados na imprensa oficial amazonense alcançaram o valor documental do estudo elaborado por João Batista de Faria e Sousa, mais do que escrever sobre a República, J. B. preservou sua documentação.

Seu artigo permite acompanhar a passagem da Monarquia para a República quase em tempo real, identificando personagens, instituições, discursos e decisões.

Ao reunir proclamações, moções, estatísticas e registros administrativos, construiu uma ponte entre memória e documentação. Por isso, “A República no Amazonas” permanece como uma das mais importantes peças da historiografia política amazonense, não apenas pelo que afirma, mas sobretudo pelos documentos que conserva.

BOX 1
O vapor Manaós

A embarcação da Companhia Brasileira tornou-se protagonista involuntária da história amazonense. Foi ela que trouxe a confirmação oficial da queda da Monarquia.

Sem sua chegada, provavelmente a reorganização política ocorreria dias depois.

BOX 2
O Éden Teatro

Hoje pouco lembrado, o Éden Teatro foi um dos principais espaços públicos da Manaus oitocentista. Ali nasceu institucionalmente a República amazonense.

Sua importância histórica aproxima-se daquela desempenhada pelo Paço Provincial.

BOX 3
**República
não significava
revolução**

O documento insiste em afirmar que: “A República não é sinônimo de desordem.”

Essa afirmação revela o principal desafio político daqueles dias: convencer a população de que haveria mudança institucional sem ruptura da ordem social.

BOX 4
**O Jornal do
Amazonas**

J. B. registra que o Jornal do Amazonas, órgão do Partido Conservador, modificou rapidamente sua posição diante do novo regime. Tal observação é extremamente relevante para compreender como a imprensa amazonense participou da construção da legitimidade republicana.

BOX 5
**História política
também se faz
com números**

Ao publicar balanços financeiros completos, J. B. evidencia que mudanças de regime não envolvem apenas discursos.

Governos também herdam receitas, dívidas, contratos e responsabilidades administrativas.

BOX
METODOLÓGICO
Como ler
documentos

O texto de J. B. possui natureza comemorativa, isso exige cautela metodológica.

Documentos produzidos para celebrar acontecimentos costumam enfatizar consensos e reduzir conflitos, entretanto, quando reproduzem fontes primárias — como ocorre neste caso — seu valor historiográfico aumenta significativamente.

O historiador deve distinguir, portanto, entre: a interpretação do autor e os documentos que ele transcreve.

São estes últimos que oferecem a evidência mais robusta para a reconstrução histórica.

APÊNDICE HISTORIOGRÁFICO

O artigo “A República no Amazonas” (Diário Oficial, 21 de novembro de 1926)

O estudo publicado por João Batista de Faria e Sousa possui características que o distinguem das narrativas comemorativas comuns da época. Entre elas destacam-se: reprodução integral de documentos originais; identificação nominal dos participantes; reconstrução cronológica dos acontecimentos; publicação de proclamações oficiais; divulgação da moção da Assembleia Provincial; dados financeiros do Tesouro Provincial; identificação dos jornais e partidos envolvidos; descrição da reorganização administrativa.

Embora escrito quase quatro décadas após os fatos, o artigo preserva forte compromisso documental e constitui fonte indispensável para a historiografia da implantação da República no Amazonas.



Referências

FARIA E SOUSA, João Batista de. A República no Amazonas. Diário Oficial do Estado do Amazonas, Manaus, 21 nov. 1926, p. 5–7.

BRASIL. Decreto n.º 1, de 15 de novembro de 1889 (Governo Provisório da República).

CARVALHO, José Murilo de. A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp.

Imprensa Oficial do Estado do Amazonas. Histórico institucional e acervo do Diário Oficial. (Imprensa Oficial do Estado do Amazonas)

Série Artigos

